

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXO IV.A - APENSO 2 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

1. OBJETIVO

O presente Termo de Referência refere-se à preparação de um Plano de Engajamento com Partes Interessadas (PEPI), a ser desenvolvido e implementado pela CONCESSIONÁRIA ao longo do ciclo da CONCESSÃO, que assegure a divulgação de informação relevante sobre a CONCESSÃO a partes interessadas e afetadas e o seu engajamento durante todo o ciclo do Projeto.

O PEPI será preparado em atendimento dos requisitos legais aplicáveis e dos PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC relativos a consulta e engajamento, tendo em consideração as diretrizes apresentadas em “Participação dos Interessados: Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes” preparado pelo *International Finance Corporation (IFC)* em 2007 (<https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/mgrt/ifc-stakeholderengagement-portuguese.pdf>).

O PEPI irá descrever a estratégia e os meios para envolver sistematicamente as partes interessadas no ciclo de vida da CONCESSÃO, abrangendo indivíduos ou grupos que: (a) direta ou indiretamente afetados pela CONCESSÃO (pessoas afetadas pelo projeto); e (b) podem ter interesses no projeto e/ou capacidade de influenciar seu resultado, positiva ou negativamente (outras partes interessadas).

As partes interessadas podem incluir comunidades afetadas direta, indiretamente ou de maneira cumulativa (incluindo indivíduos e grupos vulneráveis), órgãos governamentais, parceiros de financiamento ou agências de assessoria, instituições de ensino e formação, instituições de saúde, igrejas, políticos eleitos locais, serviços e negócios locais, ONGs e grupos comunitários, meios de comunicação, público interno etc.

O PEPI visa:

- Promover e facilitar o envolvimento inclusivo durante toda a vida do projeto, através da criação e estabelecimento de mecanismos que permitam a participação ativa das partes interessadas em vários estágios.
- Enfatizar a transparência, garantindo que as informações relevantes da CONCESSÃO sejam divulgadas de maneira oportuna, compreensível e acessível, em formato adaptado às diferentes categorias de partes interessadas e afetadas e às suas necessidades especiais.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas na CONCESSÃO, buscando integrar as perspectivas das partes interessadas em aspectos críticos, como a elaboração do projeto e o

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

desempenho ambiental e social, para processos de tomada de decisão mais informados e equilibrados.

- Estabelecer um Mecanismo de Gestão de Reclamações, que estabelece canais de comunicação para a apresentação de reclamações e procedimentos para responder e gerenciar com eficácia as queixas, promovendo uma abordagem proativa e responsiva às preocupações das partes interessadas.

Durante a preparação do PEPI a CONCESSIONÁRIA deve considerar e aderir aos seguintes elementos-chave:

- O PEPI será um documento vivo, continuamente atualizado, que será usado para todos os aspectos do projeto, abrangendo todas as fases de implementação, promovendo processo de consulta e engajamento proativo e precoce, a ser mantido de forma regular, oportuna e culturalmente apropriada.
- O PEPI identificará, analisará e priorizará as principais partes interessadas, incluindo receptores socialmente sensíveis (como por exemplo escolas e prestadores de serviços de saúde) e indivíduos ou grupos identificados como desfavorecidos ou vulneráveis e delineará como, quando e com quem o engajamento ocorrerá, assegurando que as perspectivas das mulheres e indivíduos/grupos vulneráveis sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspectos do planejamento dos projetos, incluindo o planejamento e a execução do reassentamento.
- O PEPI deve estabelecer estruturas de consulta formais e contínuas (por exemplo, comitês comunitários, grupos de trabalho, dias abertos ou reuniões públicas) e abordagens personalizadas para se envolver com diferentes grupos de partes interessadas e partes interessadas.
- O PEPI definirá os papéis e responsabilidades da equipe do projeto, preparando as bases para uma consulta e colaboração completas. Incluirá igualmente medidas destinadas a assegurar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros suficientes para a implementação e gestão eficazes do PEPI.
- O processo de consulta deve prestar especial atenção à participação das pessoas identificadas como desfavorecidas ou vulneráveis e assegurar que as perspectivas das mulheres e destes grupos sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspetos do planejamento dos projetos, incluindo o planejamento e a execução do reassentamento.
- O PEPI deverá incluir ações personalizadas para o envolvimento com povos indígenas e comunidades quilombolas que venham a ser identificados, de forma a garantir a implementação de um processo de consulta informada e participação destas comunidades. Deverão ser definidos requisitos de frequência de implementação destas ações, bem como procedimentos de revisão e atualização das ações de engajamento, pelo menos anualmente, estejam evidenciadas, assim como o desenvolvimento de indicadores para fins de monitoramento.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- A implementação do PEPI deve incluir a distribuição de informações sobre o andamento e o progresso da CONCESSÃO durante todo o seu ciclo de vida. Essa divulgação de informações deve ser regular, oportuna e culturalmente apropriada.
- O PEPI incluirá um mecanismo abrangente de reparação de queixas da CONCESSÃO, de acordo com os padrões internacionais, para identificar, gerenciar e abordar queixas específicas do projeto, tanto da comunidade quanto dos trabalhadores da CONCESSÃO, antes, durante e após as construções.

2. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deverá contemplar duas etapas, conforme descrição abaixo:

Etapla 1: Consolidação de dados e informações disponíveis

Coletar, detalhar e consolidar informações primárias relativas a potenciais grupos vulneráveis que podem ter diferentes preocupações e prioridades sobre os impactos da CONCESSÃO, mecanismos de mitigação e benefícios, e que podem exigir formas diferentes ou separadas de engajamento.

A lista de partes interessadas, bem como a análise e mapeamento das partes interessadas, deverá ser mantida atualizada e incorporada às revisões do PEPI de acordo com o recebimento contínuo de comentários e contribuições de partes interessadas locais, nacionais e internacionais direcionadas à CONCESSÃO.

Etapla 2: Construção do Plano de Comunicação e Engajamento com Partes Interessadas

A partir das informações compiladas na Etapa 1, deve-se construir o PEPI contemplando:

- Descrição dos requisitos regulatórios e/ou outros requisitos para consulta ou divulgação;
- Identificação e priorização dos principais grupos de interessados;
- Estratégia e cronograma para compartilhamento de informações e consulta a cada um desses grupos;
- Descrição dos recursos e responsabilidades para implementar as atividades propostas;
- Descrição de como as atividades de engajamento serão incorporadas ao sistema de gerenciamento da CONCESSÃO.

O PEPI deverá ser estruturado cobrindo os seguintes itens:

- I. *Descrição da CONCESSÃO* - Apresentação sucinta da CONCESSÃO, destacando os impactos sociais e ambientais identificados que o projeto pode causar ou sofrer, tanto positivos quanto negativos,

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

tais quais eventuais deslocamentos/desapropriações, interferência em áreas com bens patrimoniais e culturais reconhecidos, construção/reforma de novas estruturas de acesso às estações, aumento do contingente populacional atendido pelo serviço, dentre outros. Além disso, devem ser fornecidas outras informações do empreendimento, tais como: localização da CONCESSÃO e instalações associadas, identificando novos investimentos, cronograma de construção, potenciais impactos da instalação de novas estruturas, entre outros.

- II. *Regulamentos e Requisitos* - Apresentação dos requisitos regulatórios aos quais o empreendimento está sujeito ou comprometido no que tange aos processos de consulta ou divulgação de informações. Além dos requisitos já mencionados, a CONCESSIONÁRIA deverá assegurar o alinhamento com os *General EHS Guidelines* (2007) da IFC, no que se refere à divulgação de informações e engajamento das partes interessadas em temas de saúde, segurança e meio ambiente. Esse alinhamento inclui a comunicação clara de riscos ocupacionais e ambientais, bem como das medidas de mitigação e monitoramento desses riscos ao longo de todo o ciclo da CONCESSÃO.
- III. *Identificação e análise das partes interessadas e afetadas* – Identificação das partes afetadas por categoria e avaliação dos tipos e graus de impactos da CONCESSÃO que provavelmente sofrerão, resumindo a análise em um mapa de partes afetadas. Identificação de outras partes interessadas, indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis e apresentação de uma visão geral abrangente de seu envolvimento, sintetizada numa matriz de partes interessadas, com identificação do seu interesse e influência na CONCESSÃO.
- IV. *Grupos vulneráveis* - Identificação das necessidades de grupos específicos que exigem apoio adicional no processo de consulta devido a fatores que limitam o acesso à informação e/ou na participação em ações de engajamento (como nível alfabetização, gênero, condições socioeconômicas, deficiência física, dificuldades de acesso a transporte, entre outras). Realizar uma análise da vulnerabilidade pré-existente e induzida pela CONCESSÃO para cada grupo identificado. Especificar como será realizada uma consulta significativa¹ para cada um desses grupos, tendo em consideração as suas necessidades para acesso à informação divulgada e às ações de consulta e engajamento.
- V. *Atividades anteriores de participação e consulta* - Apresentação, sucinta das atividades de consulta e engajamento realizadas na Etapa 1, incluindo:
 - Tipo de informações divulgadas, formato e estratégia de comunicação;
 - Locais e datas das reuniões realizadas;
 - Indivíduos, grupos, e/ou organizações consultados;
 - Principais questões discutidas e principais preocupações e expectativas levantadas;

¹ Neste aspecto, cabe a avaliação da aplicabilidade do PS 7 da IFC, especificamente no que diz respeito ao Processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) aos povos indígenas.

Independentemente da existência ou não de um reconhecimento legal desses grupos e seus respectivos territórios, o estudo de componente deverá ser implementado visto que o PS 7 é mais restritivo e conservador nesse aspecto em relação à Legislação Brasileira.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- Respostas dadas (devolutivas) aos problemas levantados, incluindo quaisquer compromissos ou ações de acompanhamento; e
 - Processo realizado para documentar essas atividades.
- VI. *Plano de Engajamento* - descrição de todas as diretrizes, metas, objetivos, métodos de comunicação, consultas e participação, mecanismos de queixas, cronogramas, recursos, responsabilidades, dentre outras informações necessárias para estruturação de um Plano de Engajamento de *Stakeholders*. Assim, minimamente, deverá conter:
- Meta e Objetivos: definir metas e objetivos visando a promoção de relações mutuamente benéficas com grupos de interesse locais, por meio da divulgação de informações relevantes e a recepção do feedback, a fim de reduzir riscos sociais, alimentar a confiança entre as partes e manter a Licença Social para Operar (LSO).
 - Estratégias e Métodos de Divulgação de Informação: descrever os meios de comunicação mais adequados para engajamento dos grupos identificados, como por exemplo: jornais, pôsteres, rádio, televisão, exposições, panfletos, folhetos, redes sociais, relatórios etc.
 - Estratégias e Métodos de Consulta e Engajamento: descrever os métodos a serem utilizados para a consulta das diferentes categorias de partes interessadas, como por exemplo, pesquisas qualitativas, métodos participativos, reuniões públicas etc. Descrever possíveis atividades adicionais de engajamento, tais como mecanismos tradicionais de consulta e tomada de decisões, parcerias realizadas com as comunidades locais, ONGs ou outros participantes da CONCESSÃO e programas socioambientais.
 - Estratégia e métodos a utilizar com grupos / indivíduos desfavorecidos/vulneráveis: Especificar a estratégia e métodos a utilizar em cada categoria de indivíduos / grupos desfavorecidos / vulneráveis, tendo em atenção as limitações identificadas na tarefa IV descrita acima. Matriz Síntese de Divulgação e Engajamento: por fase da CONCESSÃO e por categoria de PI, identificar a informação-chave a divulgar e metodologia a utilizar
 - Matriz Síntese de Ações de Engajamento: por fase da CONCESSÃO e por categoria de PI, identificar a temática chave a apresentar nas ações de engajamento, identificando a metodologia a utilizar.
 - Mecanismo de Queixas: apresentar o processo pelo qual as pessoas afetadas (positivamente/negativamente) pelo empreendimento podem trazer suas queixas e preocupações para avaliação e reparação quando for aplicável, identificando canais de entrada de reclamações, processo de registro, classificação e investigação e níveis de resolução (incluindo o recurso judicial). Este mecanismo deve incluir um protocolo diferenciado para tratamento de alegações relativas à exploração e abuso sexual e assédio sexual, confidencial e focado no sobrevivente a ser gerido por profissionais devidamente treinados para lidar com as reclamações e encaminhar os sobreviventes. O mecanismo de queixas deverá incluir explicitamente uma política de não retaliação, assegurando que nenhuma pessoa ou grupo

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

sofra qualquer forma de discriminação ou penalização por apresentar reclamações, preocupações ou sugestões relacionadas à CONCESSÃO. Além disso, este mecanismo abrangerá também todos os trabalhadores da CONCESSIONÁRIA (incluindo colaboradores terceirizados e temporários), em conformidade com o PD2 da IFC, assegurando condições equitativas e transparentes de tratamento para qualquer queixa oriunda do ambiente de trabalho. Por fim, deve-se assegurar que o acesso das partes interessadas ao mecanismo de queixas deva ser livre e gratuito e, de preferência, ofertado em mais de um tipo de canal (0800, WhatsApp, *website*, urna em local de livre acesso e que garanta privacidade, entre outros).

- Procedimento de manutenção e atualização contínua do Banco de Dados e de registo de todas as ações de divulgação de informação e engajamento, com todas as categorias de partes interessadas, identificando as estratégias utilizadas, número de participantes em reuniões públicas ou com representantes de comunidades (com desagregação por gênero), incluindo com grupos vulneráveis.
- Monitoramento e apresentação de Relatórios: definir estratégias para divulgação dos resultados do PEPI para os atores sociais envolvidos (adequando a forma de escrita à cultura das partes interessadas, quando necessário), por exemplo: Boletins Informativos, Relatórios de Avaliação Socioambiental, Relatórios Anuais de Sustentabilidade, entre outros.
- Cronograma, Recursos e Responsabilidade: apresentar o planejamento das ações do PEPI para todas as etapas do CONCESSÃO (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e DE OPERAÇÃO), bem como os respectivos responsáveis e os recursos humanos e materiais necessários. Especial atenção deverá ser dada na comunicação e engajamento de atividades relacionadas com aquisição de terras e reassentamento involuntário, tendo em consideração as diretrizes de engajamento de partes interessadas e afetadas apresentadas em “*Land Acquisition and Involuntary Resettlement Handbook*”, preparado pelo *International Finance Corporation (IFC)* em 2023 (<https://www.ifc.org/en/insights-reports/2023/handbook-land-acquisition-and-involuntary-resettlement>). Deverá ser assegurado o engajamento de pessoas afetadas por deslocamento físico e/ou económico e definidas estratégias específicas de engajamento sobre esta matéria, a serem implementadas desde a fase inicial de preparação do PARRMS, abrangendo as fases de implementação, monitoramento e avaliação, conforme previsto no Apenso 4. Terá de haver uma estreita colaboração entre as equipes responsáveis pela preparação dos Planos de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento e do PEPI, para que haja uma clara definição de responsabilidades pela implementação das diversas atividades de comunicação e engajamento para diferentes categorias de partes afetadas, incluindo indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis.